



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com/ Telefone: (31)3869-1069

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2022

Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG.

O Povo do Município de Congonhas do Norte, Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Poder Legislativo de Congonhas do Norte é instituição de Direito Público Interno, dotado de autonomia administrativa e financeira, integrante do Município de Congonhas do Norte, Estado de Minas Gerais, da República Federativa do Brasil.

§ 1º Não existe qualquer subordinação administrativa ou política do Poder Legislativo ao Poder Executivo.

§ 2º O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores eleitos diretamente pelos munícipes para uma legislatura de quatro anos.

§ 3º A Câmara Municipal funcionará em períodos legislativos anuais e em sessões plenárias sucessivas, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

§ 4º Como órgão colegiado, a Câmara delibera pelo Plenário, administra-se pela Mesa Diretora e representa-se por seu Presidente.

§ 5º O Plenário vota leis e demais atos normativos previstos na lei orgânica local;

§ 6º a Mesa executa as deliberações do Plenário e expede os atos de administração interna e de administração de pessoal;

§ 7º O Presidente representa e dirige a Câmara, praticando os atos de condução de seus trabalhos e de relacionamento externo da Instituição com outros órgãos e autoridades, especialmente com o Prefeito, praticando ainda, os atos específicos da promulgação das leis, decretos legislativos e resoluções.

Art. 2º O Poder Legislativo do Município de Congonhas do Norte se submeterá a preceitos éticos que resguardem a probidade, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade administrativa, motivação do ato administrativo, a eficiência e o respeito aos direitos do cidadão, e ainda:

I - igualdade: tratamento justo de todos os cidadãos e usuários de serviços públicos, sendo vedado qualquer ato discriminatório em decorrência de gênero, raça ou religião.

II - transparência: disponibilização a tempo e modo de informação a respeito dos gastos e receitas públicas, bem como dos procedimentos legislativos.

Projeto de Lei Complementar 01/2022 de autoria do Legislativo aprovado por unanimidade de votos 22x0x03 em 05/04/2022



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL **CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: [camaraecdno@hotmail.com](mailto:camaracdno@hotmail.com)/ Telefone: (31)3869-1069

III - prestação de contas: os agentes públicos nomeados para o exercício de cargos de direção, chefia e assessoramento deverão prestar contas de dinheiros, bens e valores públicos sob sua responsabilidade, assumindo, integralmente, a responsabilidade e as consequências de seus atos e omissões que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

IV - responsabilidade administrativa: os agentes públicos deverão zelar pelo cumprimento das normas reguladoras expressas nas leis e normas internas.

V - modernização da administração pública: o Poder Legislativo implantará progressivamente plataformas digitais para divulgação e participação da população nos atos de fiscalização e no processo legislativo, permitindo que a população obtenha informação em tempo real e acesso aos projetos de lei em tramitação.

Art. 3º. O Poder Legislativo do Município de Congonhas do Norte adotará Código de Ética que regerá a conduta dos seus servidores públicos.

CAPÍTULO I - DAS FONTES NORMATIVAS

Art. 4º A organização, a estrutura e os procedimentos do Poder Legislativo do Município de Congonhas do Norte se regem pelas seguintes fontes:

- I - Constituição da República;
- II - Constituição do Estado de Minas Gerais;
- III - Lei Orgânica do Município de Congonhas do Norte;
- IV - Lei de Estrutura Organizacional do Poder Legislativo de Congonhas do Norte;
- V - Regimento Interno do Poder Legislativo de Congonhas do Norte;
- VI - Legislações federal e estadual aplicáveis;
- VII - Legislação municipal;
- VIII - Decretos Legislativos;
- IX - Resoluções.

CAPÍTULO II - DA TRANSPARÊNCIA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 5º. Os atos administrativos serão motivados e ficarão disponíveis para consulta de qualquer cidadão que, motivadamente, requerer vistas dos mesmos.

§ 1º Os documentos da Câmara, bem como a prestação de contas anual enviada pelo Poder Executivo, serão divulgados e disponibilizados na internet e por meios eletrônicos, como forma de permitir maior controle da sociedade dos atos administrativos e contas públicas.

§ 2º O Poder Legislativo regulamentará por meio de Resolução a participação dos cidadãos no processo legislativo e no processo de fiscalização dos atos de governo e dos atos de gestão.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com / Telefone: (31)3869-1069

§ 3º Os documentos sigilosos somente serão disponibilizados para defesa de direito da parte envolvida.

TÍTULO II – DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO II- DA FUNÇÃO LEGISLATIVA

Art. 6º A função legislativa será exercida pela Câmara Municipal observando-se a competência legislativa municipal, bem como a competência suplementar fixadas pela Constituição.

Parágrafo único. A Câmara Municipal observará o devido processo legislativo, entendido como o conjunto de atos preordenados visando à criação de normas de direito, em respeito à iniciativa legislativa, emendas, votação, sanção, veto, promulgação e publicação, previstos na Lei Orgânica e no Regimento Interno.

CAPÍTULO III – DA FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 7º. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 1º No exercício de sua competência de fiscalização, compete à Câmara Municipal:

I - sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

II - julgar anualmente as contas de governo prestadas pelo Prefeito Municipal, observado o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

III - julgar as contas de gestão do Prefeito, administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público, observada a apreciação prévia do Tribunal de Contas do Estado de Minas, se for o caso.

IV - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

V - sustar ato administrativo que o Tribunal de Contas julgar irregular a despesa e entender que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, nos termos do art. 72 da Constituição da República.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL **CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com/ Telefone: (31)3869-1069

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas de governo que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.

CAPÍTULO IV-DA FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO

Art. 8º A função de assessoramento da Câmara se expressa através de indicações ao Chefe do Poder Executivo Municipal aprovadas pelo Plenário.

§ 1º A indicação é sugestão para a prática ou abstenção de atos administrativos de competência do Poder Executivo Municipal.

§ 2º A indicação tem como objetivo colaborar para o desenvolvimento do Município, indicando ao Prefeito ações de interesse público local.

CAPÍTULO VI – DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 9º. O Poder Legislativo é exercido sob a direção superior do Presidente da Câmara Municipal, auxiliado pela Mesa Diretora.

Art. 10. O Diretor-Geral é o auxiliar direto do Presidente e responsável pela gestão de sua pasta no exercício das competências e atribuições constitucionais, legais e regulamentares.

TÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 11. A Administração do Poder Legislativo é constituída por órgãos sem personalidade jurídica, sujeitos a subordinação hierárquica, integrantes da estrutura administrativa do Poder Legislativo e submetidos à direção superior da Mesa Diretora.

CAPÍTULO I – DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 12. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 13. Os cargos em comissão e as funções de confiança fazem parte da estrutura hierárquica organizacional, e possuem denominação, quantitativos e nível salarial definidos no anexo I desta Lei.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdo@hotmail.com/ Telefone: (31)3869-1069

§ 1º Os cargos em comissão e as funções de confiança de direção possuem poder hierárquico e controle das atividades sob sua coordenação.

§ 2º Os cargos em comissão e as funções de confiança de direção respondem diretamente à Presidência do Poder Legislativo.

§ 3º Os cargos em comissão e as funções de confiança de chefia têm por atribuição a supervisão de serviços ou de pessoas e possuem denominação, quantitativos e nível salarial definidos no anexo I desta Lei.

§ 4º Os cargos em comissão e as funções de confiança de chefia possuem o grau de autonomia, independência, liberdade e discricionariedade para planejar e executar os trabalhos que estão sob sua supervisão direta do Diretor Geral.

Art. 14. O assessoramento compreenderá funções de complexidade e responsabilidade, que serão atribuídas a pessoas de confiança da Presidência, comprovada idoneidade, qualificação e/ou experiência e possuem denominação, quantitativos e nível salarial definidos no anexo I e II desta Lei.

§ 1º Os assessores realizam consultoria interna diretamente à Mesa Diretora.

§ 2º As funções de confiança e cargos em comissão de Assessoria são de confiança da Presidência tendo em vista o grau de autonomia e liberdade de atuação exigida para o exercício da função.

Art. 15. O Regime Jurídico dos servidores ocupantes de cargos em comissão é o Estatutário, no que lhe for aplicável.

CAPÍTULO II - DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS

Art. 16. Os cargos de provimento efetivo serão exercidos por servidores de carreira técnica ou profissional, que ingressaram ou ingressarão no Poder Legislativo Municipal, através de concurso público de provas ou de provas e títulos, promovidos nos termos da legislação em vigor, ou que foram considerados estáveis no serviço público municipal por determinação e disposição constitucional.

Art. 17. Os cargos de provimento efetivo serão exercidos por servidores de carreira técnica ou profissional, que ingressaram ou ingressarão no Poder Legislativo Municipal, através de concurso público de provas ou de provas e títulos, promovidos nos termos da legislação em vigor, ou que foram considerados estáveis no serviço público municipal por determinação e disposição constitucional.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdn@hotmail.com; Telefone: (31)3869-1069

TÍTULO III - DA ESTRUTURA

Art. 18. A competência de cada órgão do Poder Legislativo é a prevista nesta Lei, sem prejuízo de outras atribuições que vierem a ser-lhe delegadas.

Art. 19. São poderes inerentes à hierarquia:

- I - delegar competência a seus subordinados;
- II - avocar competência de seus subordinados;
- III - ordenar serviços a seus subordinados;
- IV - planejar e coordenar as atividades de competência de seu órgão;
- V - controlar os atos de seus subordinados;
- VI - corrigir as atividades administrativas de seus subordinados;
- VII - poder disciplinar.

CAPÍTULO I- DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art.20 Compõe a Estrutura Administrativa do Poder Legislativo Municipal de Congonhas do Norte os seguintes órgãos:

- I- Presidente;
- II – Mesa Diretora;
- III – Diretor Administrativo;
- IV – Assessoria Jurídica.

Art. 21. Os serviços Administrativos da Câmara Municipal estão sob a responsabilidade da Mesa Diretora, auxiliada pela Diretora Administrativa, subordinadas à Presidência com a finalidade de gerir os trabalhos de apoio ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 22. A estrutura organizacional do Poder Legislativo do Município de Congonhas do Norte é a seguinte:

- I – Procuradoria
- II – Diretoria Geral
- III- Contador
- IV- Assessor Legislativo
- V – Auxiliar Administrativo
- VI- Auxiliar de Serviços Gerais
- VII- Motorista



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: gamaracdn@hotmail.com; Telefone: (31)3869-1069

CAPÍTULO I - DA PROCURADORIA

Art. 23. À Procuradoria Geral do Poder Legislativo, órgão de primeiro nível hierárquico, com subordinação direta à Presidência, compete as seguintes atribuições:

I - representar judicial e extrajudicialmente o Poder Legislativo, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância;

II - prestar assessoria direta à Mesa Diretora;

III - emitir pareceres nos processos em tramitação nos órgãos do Poder Legislativo Municipal;

IV - exercer outras funções no âmbito das relações jurídicas que lhe forem expressamente designadas pela Presidência do Poder Legislativo;

V - exercer a análise da legalidade dos atos legislativos, especialmente por meio de prévio exame de suas antepropostas, anteprojetos e projetos de leis, e da proposta de declaração de nulidade de atos administrativos;

VI - prestar orientação e assessoramento direto à Diretoria Geral;

VII - orientar os órgãos administrativos quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados a solução de problemas a eles atinentes;

VIII - revisar pareceres emitidos por empresa de assessoria e consultoria jurídica contratada, para fins de uniformização de entendimento.

IX - centralizar, para efeitos de orientação e informação sistemática aos órgãos do Poder Executivo, as leis e decretos vigentes;

X - representar o Poder Legislativo perante o Tribunal de Contas;

XI - emitir parecer sobre consulta formulada pela Mesa Diretora, por Vereador, Controlador Geral, Ouvidor Geral ou Diretor Geral;

XII - orientar a Diretoria Geral e seus órgãos sobre interpretação e aplicação da legislação;

XIII - realizar, por solicitação da Mesa Diretora, estudo técnico sobre matéria objeto de projeto de lei, de decreto ou de qualquer decisão administrativa;

XIV - emitir pareceres em processos licitatórios;

XV - emitir pareceres em processos administrativos;

XVI - emitir pareceres em sindicâncias e processos disciplinares;

XVII - emitir pareceres em processos de Tomada de Contas Especial;

XVIII - sugerir modificação em anteprojeto de lei ou de ato normativo, quando julgar necessário ou conveniente ao interesse do Município;

XIX - elaborar pareceres, responder consultas, minutas de contratos, acordos ou convênios;

XX - Exercer outras atividades privativas de advogado.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com; Telefone: (31)3869-1069

CAPÍTULO II – DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 24. Compete à Diretoria Administrativa:

- I - gerenciar os serviços administrativos do Poder Legislativo, em estreita observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública;
- II - assessorar o Presidente da Câmara e os Vereadores em assuntos de sua competência;
- III - despachar diretamente com o Presidente da Câmara;
- IV - emitir, despachar ou dar parecer de caráter conclusivo sobre assuntos submetidos à sua decisão ou apreciação;
- V - coordenar as atividades dos órgãos hierarquicamente subordinados;
- VI - prestar assistência à Mesa Diretora e aos Vereadores, relativos a função administrativa do Poder Legislativo;
- VII - planejar, orientar e dirigir os serviços e atividades de assuntos administrativos e relativos aos serviços prestados pela Câmara diretamente à população;
- VIII - realizar as atividades de relacionamento institucional do Poder Legislativo, com os demais Poderes do Município, do Estado e da União, com autoridades públicas e com entidades da sociedade civil organizada;
- IX - realizar as atividades de recepção a autoridades;
- X - realizar as atividades de comunicação social do poder Legislativo;
- XI - planejar, autorizar, aprovar e realizar a publicidade institucional;
- XII - tender aos demais órgãos administrativos com rapidez, presteza, eficiência e qualidade;
- XIII - zelar pela boa utilização dos recursos públicos e pela integração das ações com os demais órgãos administrativos, visando à otimização dos recursos, a produtividade e a máxima eficiência;
- XIV - atuar em perfeita sintonia com as diretrizes, normas, políticas e orientações emanadas da Presidência e da Mesa Diretora;
- XV - coordenar, com a máxima eficiência e produtividade, serviços administrativos que visam dar as melhores condições de trabalho aos demais órgãos administrativos, como telefonia, segurança patrimonial, vigilância, serviços gerais, tramitação de documentos, arquivo dentre outros;
- XVI - preparar ofício à Procuradoria Geral, encaminhando solicitações administrativas e judiciais, que requeiram formalização de pareceres;
- XVII - prestar atendimento ao público, quando solicitado;
- XVIII - encaminhar os processos à Procuradoria Geral, sempre que for necessária análise jurídica e/ou orientação do procedimento a ser implantado;
- XIX - planejar, executar, coordenar, e implantar serviços de processamento de dados, de sistema de informação e de Tecnologia de Informação - TI, organizando e mantendo atualizados seus arquivos, programas e sistemas;
- XX - prestar informações, com base no Banco de Dados;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdn@hotmail.com/ Telefone: (31)3869-1069

XXI - executar medidas destinadas à racionalização administrativa, divulgação e transparência dos atos do Poder Legislativo usando tecnologia de informação;

XXII - participar de reuniões para melhor coordenação e encaminhamento das ações e informatização.

CAPÍTULO III- DO CONTADOR

Art. 25. Compete ao Contador (a):

I- Registrar atos e fatos contábeis, estruturando plano de contas conforme a atividade da Câmara, definindo procedimentos contábeis, atualizando procedimentos internos, parametrizando aplicativos contábeis/fiscais e de suporte, administrando o fluxo de documentos, classificando documentos, escriturando livros fiscais e contábeis, conciliando saldos de contas, gerando diário/razão;

II- Controlar o ativo permanente, escriturando ficha de crédito de impostos na aquisição de ativo fixo, definindo a taxa de amortização, depreciação e exaustão, registrando a movimentação dos ativos, realizando o controle físico com o contábil;

III- Gerenciar custos, estruturando centros de custos, apurando os custos, e os confrontando com as informações contábeis; analisar os custos apurados;

IV- Preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administrar o registro dos livros nos órgãos apropriados;

V- Elaborar demonstrações contábeis;

VI- Prestar consultoria e informações gerenciais;

VII- Realizar auditoria interna;

VIII- Atender solicitações de órgãos fiscalizadores.

VIII- Realizar informações, preencher informações, formulários e anexos e encaminhar, no prazo, para consolidação do Município e envio ao Tribunal de Contas;

IX- Controlar a execução orçamentária;

X- Observar e fazer observar as normas de contabilidade pública;

- Realizar prestação de contas de programas e convênios estaduais e federais;

XI- Zelar pelo seu material de trabalho e pelo patrimônio público, desempenhar atividades correlatas.

CAPÍTULO IV- DO ASSESSOR LEGISLATIVO

Art.26. Compete ao Assessor Legislativo.

I. Organizar e manter atualizados cadastros, arquivos e outros instrumentos de controle administrativo;

II. Auxiliar diretamente o Diretor da Câmara Municipal e a Mesa Diretora nas atividades diárias da Câmara Municipal;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com; Telefone: (31)3869-1069

- III. Prestar assistência à Mesa Diretora nas sessões da Câmara Municipal e das Comissões Permanentes;
- IV. Colaborar na redação das normas legais;
- V. Organizar recortes de matérias do interesse do Legislativo, ler jornais oficiais, recortando e arquivando leis ou notícias relevantes para o Legislativo;
- VI. Arquivar e zelar pela documentação arquivada e bens sob sua responsabilidade, adotando providências tendentes à sua segurança e restauração;
- VII. Digitar os documentos relativos à Secretaria Geral;
- VII. Gravar as sessões, responsabilizando-se pelos serviços de som, bem como pela sonorização de eventos promovidos com a anuência do Presidente;
- VIII. Efetuar registros de acordo com rotinas e procedimentos próprios de sua área de atuação.

CAPÍTULO V- DO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Art. 27 Compete ao Auxiliar Administrativo:

- I. Estruturação e organização de arquivos de documentos
- II. Serviços auxiliares de controle financeiro
- III. Preenchimento de formulários, planilhas e outros documentos
- IV. Atendimento (telefone, e-mail)
- V. Encaminhamento interno de clientes e visitantes da empresa
- VI. Recebimento de fornecedores e encaminhamento dos materiais recebidos
- VII. Elaboração de agendas
- VIII. Redação e digitação de documentos e comunicados
- IV. Participação em reuniões de vários setores, sempre que solicitado

CAPÍTULO VI- DO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art.28. Compete ao Auxiliar de Serviços Gerais:

- I- Limpar o prédio da Câmara, raspando, varrendo, lavando, utilizando equipamentos do tipo: vassouras, pás, enxadas, raspadeiras, baldes, carrinhos de mão e outros, percorrer os logradouros, ruas e praças, conforme roteiro estabelecido, para recolher e/ou varrer o lixo;
- II- Recolher lixos, sucatas e entulhos em geral, colocando-os em vasilhames apropriados, para serem transportados ao depósito de lixo;
- III. Limpar escadas, pisos, passadeiras e tapetes, varrendo, lavando e encerando-os;
- IV Limpar utensílios como cinzeiros e objetos de adorno, usando pano ou esponja; -
- V- Limpar banheiros e toaletes, limpando-os com água, sabão, detergente e desinfetantes;
- VI - Reabastecer os banheiros e toaletes com papel higiênico, toalhas e sabonetes;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com/ Telefone: (31)3869-1069

- coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-o em sacos plásticos apropriados, para depositá-los na lixeira ou incinerador;

VII- Controlar o consumo de material de limpeza, requisitando-o quando necessário;

- realizar as atividades inerentes ao almoxarifado e relativos aos demais serviços internos, de acordo com determinação superior;

VIII- Zelar pela conservação dos móveis e aparelhos elétricos;

IX - Zelar pela conservação de portas, vidros, janelas;

X- Manter as dependências da Câmara rigorosamente limpas;

XI - Fazer e servir café, chá, sucos, realizar serviços de copa e cozinha, mantendo limpos os utensílios da cantina;

XII- Atender o público com urbanidade;

XIII- Zelar pelo patrimônio público.

CAPÍTULO VII- DO MOTORISTA

Art.29. Compete ao Motorista:

I- Dirigir veículos automotores, acionando os comandos de marcha e direção, conduzindo-o em trajeto determinado, de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de passageiros, cargas, mercadorias e animais;

II- Inspeccionar os veículos automotores, verificando os níveis de combustível, óleo, água, estado de funcionamento e dos pneus;

III- Providenciar o abastecimento e reparos necessários;

IV- Examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, os números de viagens e outras instruções, para programar a sua tarefa;

V- Zelar pelo bom andamento do transporte, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia, para garantir a segurança dos serviços prestados aos transeuntes e veículos;

VI- Providenciar os serviços de manutenção, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;

VII- Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da empresa, para permitir sua manutenção e abastecimento.

VIII- Efetuar reparos de emergência.

IX - Especializar-se na condução de um determinado tipo de veículo automotor.

X- Zelar pelo seu material de trabalho e pelo patrimônio público, desempenhar atividades correlatas.

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O Poder Legislativo poderá, por Decreto Legislativo, alterar a subordinação hierárquica de órgãos previstos nesta Lei, desde que não implique em aumento de despesa, em criação ou extinção de órgãos públicos.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: gumaraçdn@hotmail.com Telefone: (31)3869-1069

Art. 31. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos e funções públicos do Poder Legislativo do Município de Congonhas do Norte, e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, incluídas as vantagens pessoais ou qualquer outra de natureza remuneratória, não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito.

Art. 32. Integram a presente Lei Complementar seus Anexos:

Anexo I: Quadro de Cargos de Provimento Efetivo;

Anexo II: Quadro de Cargos de Provimento em Comissão.

Art.33. Se o salário não chegar pelo menos à igualdade com o salário mínimo nacional vigente, a este igualará automaticamente, sem prejuízo da revisão anual concedida

Art. 33. Integra a presente Lei o demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro, na forma do Anexo III, nos termos da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 683/2012.

Congonhas do Norte/MG, 21 de março de 2022.

Valter Lira da Conceição
Vereador Presidente



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: gamaracdn@hotmail.com/ Telefone: (31)3869-1069

ANEXO I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	Nº DE CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISICÃO PARA PROVIMENTO
CONTADOR	01	20 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.400,00	Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos. Formação em curso superior de graduação em Ciências Contábeis Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01	40HORAS SEMANAIS	R\$ 1.212,00	Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos. Ensino Médio Completo Conhecimentos de Informática
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01	40HORAS SEMANAIS	R\$ 1.212,00	Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos. Ensino Fundamental Completo
MOTORISTA	01	40HORAS SEMANAIS	R\$ 1.212,00	Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos. Ensino Fundamental Completo



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: gamaracdri@hotmail.com Telefone: (31)3869-1069

ANEXO II - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	Nº DE CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISICÃO PARA PROVIMENTO
PROCURADORIA	01	20 HORAS SEMANAIS	R\$ 3.400,00	Nomeação por Portaria do Presidente da Câmara Municipal: Certificado de conclusão de Curso Superior de Direito e inscrição da OAB
DIRETOR ADMINISTRATIVO	01	40HORAS SEMANAIS	R\$ 2.300,00	Nomeação por Portaria do Presidente da Câmara Municipal: Certificado de conclusão de curso do Ensino Superior. Conhecimentos de Informática
ASSESSOR DO LEGISLATIVO	01	40HORAS SEMANAIS	R\$ 1.400,00	Nomeação por Portaria do Presidente da Câmara Municipal: Certificado de conclusão de curso do Ensino Médio.

Órgão: Câmara Municipal de Congonhas do Norte – MG.

Assunto: Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro.

FUNDAMENTOS DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Considerando que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 2000:

Considerando que o aumento de despesa necessita ter adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO:

Considerando que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da LRF, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas, apresenta:

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA GASTO COM PESSOAL

Objeto: Alteração do Quadro de Cargos e Salários de Provimento Efetivo e Comissionado do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Congonhas do Norte / MG, conforme Projeto de Lei.

Cargo	Vencimento Atual	Proposta	Aumento Mensal	Ano 2022
Procurador	R\$2.072,51	R\$3.400,00	R\$1.327,49	R\$ 13.274,9
Diretor Administrativo	R\$2.279,90	R\$2.300,00	20,10	R\$201,00
Contador	-	R\$2.400,00	R\$2.400,00	R\$ 24.000,00
Assessor Legislativo	-	R\$1.400,00	R\$1.400,00	R\$14.000,00
Total			R\$5.147,59	R\$51.475,90



Gasto com Pessoal	Financeiro
Previsão do Repasse – Ano 2022	R\$920.000,00
Total Despesa com Pessoal	R\$ 460.244,87
% de Gasto com Pessoal	50,02 %
Estimativa de Despesa com Pessoal com a Alteração	
Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$ 511.720,77
% Estimado de Despesa com Pessoal	55,62%

Conforme demonstrado acima, a alteração do Quadro de Cargos e Salários de Provimento Efetivo e Comissionado acarretará um aumento no Gasto com Pessoal na ordem de 5,60% (cinco inteiro e sessenta centésimos por cento) no exercício em curso, permanecendo o Índice de gasto com pessoal dentro do limite legal.

Projeção de gasto com pessoal para próximos 02 (dois) exercícios:

Descrição	2023	2024
Percentual %	66,20%	66,30%

Adequação Orçamentária

Plano Plurianual <input checked="" type="checkbox"/> Adequada <input type="checkbox"/> Inadequada	As despesas dos objetos do presente impacto estão previstas nas diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual.
Lei de Diretrizes Orçamentária <input checked="" type="checkbox"/> Adequada <input type="checkbox"/> Inadequada	É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária Anual <input checked="" type="checkbox"/> Adequada <input type="checkbox"/> Inadequada	Existem dotações orçamentárias adequadas e suficientes para atender as despesas decorrentes do presente impacto.

FGA
CONTABILID
ADE EIRELI:
02337635000
104

Assinado digitalmente por FGA
CONTABILIDADE EIRELI
02337635000104
DN: C=BR, S=MG, L=ITAMARANDIBA,
O=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CNPJ/AJ, OU=AR MASTER MINAS
CERTIFICADO DIGITAL
OU=Presencial, OU=10238909000136,
CN=FGA CONTABILIDADE EIRELI,
02337635000104
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022-03-24 16:15:37

Itamarandiba, 24 de março de 2022.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com / Telefone: (31)3869-1069

PARECER JURÍDICO

Veio a esta Assessoria Jurídica consulta sobre o Projeto de Lei Complementar nº 01/2022 de autoria do Legislativo Municipal.

Trata-se de um Projeto de Lei Complementar que “ Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG ”.

Inicialmente, deve ser destacado que compete privativamente à Câmara Municipal, mediante ato próprio, as atribuições enumeradas no art.62 da Constituição do Estado de Minas Gerais, bem como o disposto no art.55, inciso III e IV da Lei Orgânica do Município de Congonhas do Norte – Minas Gerais, vejamos:

Art. 55 Compete privativamente à Câmara Municipal, mediante ato próprio, o exercício, no que couber, das atribuições enumeradas no art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e ainda:

III- dispor sobre sua organização, política e funcionamento

IV- dispor sobre criação, transformação ou extinção dos cargo empregos ou função publicas de seus serviços e de sua administração indireta, à Câmara assegurada a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros constantes da lei de diretrizes orçamentarias.

Sob aspecto estritamente jurídico a presente propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, uma vez que apresentada no regular exercício da competência do Legislativo, dispor sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG.

Importante esclarecer que o Projeto de Lei que cria cargos ou aumente dispensa, deverão estar acompanhados com o impacto financeiro, conforme determina os art. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 2000, bem como deverá ser observado os parâmetros constantes na lei de diretrizes orçamentarias LDO.

A Tramitação do projeto de Lei deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação (art. 64 do R.I.), Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (art. 65, II do R.I.), Serviços Públicos Municipais (art. 66, II do R.I)



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com / Telefone: (31)3869-1069

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em dois turnos de discussão e votação. O quórum para aprovação será por maioria absoluta.

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica OPINA pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de ^{Lei} Resolução ora examinado. Importante esclarecer que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Congonhas do Norte – Minas Gerais, 05 de abril de 2022.

Roberta Machado Gloria

OAB/MG 149.147

Assessora Jurídica



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com Telefone: (31)3869-1069

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 2022 DE AUTORIA DO
LEGISLATIVO MUNICIPAL**

De autoria do poder Legislativo o Projeto de Lei 001 de 2022 que “ Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG ”.

As assessorias manifestaram pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 001/2022, uma vez que é da competência de o legislativo dispor sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG.

Inicialmente sob o prisma do vício de iniciativa, não há inconstitucionalidade a ser arguida.

De plano verifica-se que as matérias a serem apreciadas são de competência desta comissão, isto posto passa a análise.

Após criteriosa análise entendemos que o parecer técnico desta Casa fora feito com bastante critério, tendo abordado todas as questões inerentes a matéria.

Assim, estando presentes os pressupostos legais, e, não havendo nenhuma mácula manifestando-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar 001 de 2022 de autoria do Legislativo Municipal.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2022.


Leonardo de Oliveira Amorim
PRESIDENTE


José Camilo Pires de Souza
SECRETÁRIO


Antônio Marcio de Oliveira
RELATOR



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: [camaraedvn@hotmail.com](mailto:camaracdvn@hotmail.com)/ Telefone: (31)3869-1069

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTOS E TOMADA DE CONTAS, SOBRE O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 001 DE 2022 DE AUTORIA DO LEGISLATIVO
MUNICIPAL.

De autoria do poder Legislativo o Projeto de Lei 001 de 2022 que “ Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG ”.

As assessorias manifestaram pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 001/2022, uma vez que é da competência de o legislativo dispor sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG.

Inicialmente sob o prisma do vício de iniciativa, não há inconstitucionalidade a ser arguida.

De plano verifica-se que as matérias a serem apreciadas são de competência desta comissão, isto posto passa a análise.

Após criteriosa análise entendemos que o parecer técnico desta Casa fora feito com bastante critério, tendo abordado todas as questões inerentes a matéria.

Assim, estando presentes os pressupostos legais, e, não havendo nenhuma mácula manifestando-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar 001 de 2022 de autoria do Legislativo Municipal.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2022.


Leonardo de Oliveira Amorim
PRESIDENTE


Francisco Luiz Mendes
SECRETÁRIO


Adão Sergio de Lima
RELATOR



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CONGONHAS DO NORTE – ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Monte Negro, 59, Centro, Congonhas do Norte – MG/ Cep 35850-000
Email: camaracdno@hotmail.com / Telefone: (31)3869-1069

**PARECER DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, SOBRE O
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 2022 DE AUTORIA DO
LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

De autoria do poder Legislativo o Projeto de Lei 001 de 2022 que “ Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG ”.

As assessorias manifestaram pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 001/2022, uma vez que é da competência de o legislativo dispor sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Câmara Municipal de Congonhas do Norte/MG.

Inicialmente sob o prisma do vício de iniciativa, não há inconstitucionalidade a ser arguida.

De plano verifica-se que as matérias a serem apreciadas são de competência desta comissão, isto posto passa a análise.

Após criteriosa análise entendemos que o parecer técnico desta Casa fora feito com bastante critério, tendo abordado todas as questões inerentes a matéria.

Assim, estando presentes os pressupostos legais, e, não havendo nenhuma mácula manifestando-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar 001 de 2022 de autoria do Legislativo Municipal.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2022.


Antônio Marcio de Oliveira
PRESIDENTE


Anderlene de Jesus Moraes Pereira
SECRETÁRIA


Guido Edvane Pires
RELATOR